

M/LEGATE



Morison KSi
Independent member

**CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO,
EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ**

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
Acompanhadas do Relatório
do Auditor Independente**



CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO, EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2018 e 2017 Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Índice

	Paginas
Relatório do Auditor Independente	2
Demonstrações Financeiras	
Balanco Patrimonial	6-7
Demonstração do Resultado	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras	11

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Conselheiros do
**CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO,
EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ**
São Paulo – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras do **CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO, EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO, EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores comparativos do ano anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparadas originalmente antes do ajuste descrito na nota explicativa nº “2.2”, foi conduzido sob nossa responsabilidade e emitimos relatório de auditoria em 19 de junho de 2018, com modificação sobre a não divulgação de valores sobre trabalhos voluntários e falta de registro de perdas estimadas sobre o acordo da OI S.A. de R\$ 13.771 e outros ativos de difícil realização, no montante de R\$ 448.481, que foram solucionados com ajustes retrospectivos. Assim, como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2018, examinamos os ajustes retrospectivos, descritos na nota explicativa nº “2.2”, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2017. Em nossa opinião, os ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados.”

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.



Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

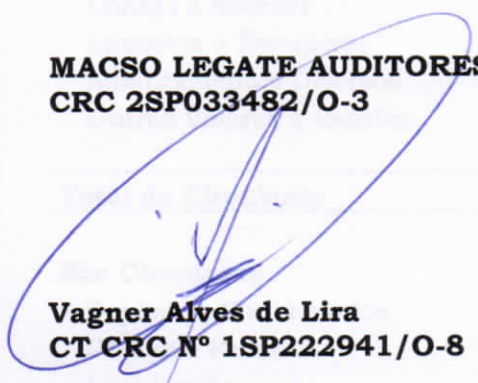
- Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 18 de março de 2019.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP033482/O-3



Vagner Alves de Lira
CT CRC N° 1SP222941/O-8

**CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO,
EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ**

Balanco Patrimonial Ativo

**Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**

	Notas	2018	2017 (Reapresentado)
ATIVO			
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	606.060	419.697
Contas a Receber	5	538.194	1.339.882
Impostos a Recuperar		-	-
Adiantamentos Diversos		130	7.212.
Outros Valores a Receber	6	-	150.000
Total do Circulante		1.144.384	1.916.791
Não Circulante			
Depósitos Cauccionados		3.000	4.950
Contas a Receber	5	14.056	-
Imobilizado	7	11.421	16.917
Total do Não Circulante		28.477	21.867
Total do Ativo		1.172.861	1.938.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO,
EXCELENCIA E QUALIDADE - CLAEQ**

Balanco Patrimonial Passivo

**Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**

	Notas	2018 (Reapresentado)	2017
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	8	49.877	18.824
Obrigações Trabalhistas	9	42.123	46.600
Obrigações Tributárias	10	71.240	60.192
Outras Obrigações		8.972	2.754
Total do Circulante		172.212	128.370
Patrimônio Líquido			
	11		
Superávit Acumulado		1.810.288	2.829.915
Déficit do Exercício		(809.639)	(1.019.627)
Total do Patrimônio Líquido		1.000.649	1.810.288
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.172.861	1.938.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO,
EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ**

**Demonstração do Resultado para os exercícios findos
Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017**
(Em Reais)

	Notas	2018	2017 (Reapresentado)
Receita Operacional Bruta			
Prestação de Serviços	13	2.268.743	2.810.224
Outras Receitas		16.639	14.912
Receitas Financeiras	16	39.095	98.868
Trabalho Voluntário	17	203.500	195.400
Total de Receitas		2.527.977	3.119.404
Despesas Operacionais			
Despesas com Pessoal	14	(667.051)	(557.888)
Despesas Administrativas e Gerais	14	(2.241.940)	(3.137.529)
Despesas Tributárias	15	(203.180)	(238.604)
Despesas Financeiras	16	(21.945)	(9.610)
Trabalho Voluntário	17	(203.500)	(195.400)
Total das Despesas		(3.337.616)	(4.139.031)
Déficit do Exercício		(809.639)	(1.019.627)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO,
EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ**

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**

	Superávit Acumulado	Déficit do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	2.857.504	(27.589)	2.829.915
Transferência do Déficit	(27.589)	27.589	-
Déficit do Exercício	-	(1.019.627)	(1.019.627)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	2.829.915	(1.019.627)	1.810.288
Transferência do Déficit	(1.019.627)	1.019.627	-
Déficit do Exercício	-	(809.639)	(809.639)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.810.288	(809.639)	1.000.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO,
EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ**

**Demonstração do Fluxo de Caixa para os exercícios findos
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**

	2018	2017 (Reapresentado)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Déficit do Exercício	(809.639)	(1.019.627)
Ajustes por:		
Depreciação	5.497	5.497
Perdas Estimadas	156.644	-
Déficit do Exercício Ajustado	(647.498)	(1.014.130)
(Aumento)/Redução nas Contas de Ativos		
Contas a Receber	630.988	(469.065)
Impostos a Recuperar	-	399
Adiantamentos Diversos	7.081	3.190
Outros Valores a Receber	150.000	-
Depósitos Cauccionados	1.950	-
Aumento/(Redução) nas Contas de Passivos		
Fornecedores	31.053	2.566
Obrigações Trabalhistas	(4.477)	(1.549)
Obrigações Tributárias	11.048	11.378
Outras Obrigações	6.218	(1.781)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais	186.363	(1.468.992)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	186.363	(1.468.992)
Demonstrado como segue:		
No Início do Exercício	419.697	1.888.689
No Final do Exercício	606.060	419.697
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	186.363	(1.468.992)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CENTRO LATINO AMERICANO PARA INOVAÇÃO,
EXCELÊNCIA E QUALIDADE - CLAEQ**

**Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**

1. Contexto Operacional

a) Objeto social

O **Claeq** é uma Entidade civil sem fins lucrativos, constituída em 1993, com sede na Rua Alcides Ricardini Neves, nº. 12, sala 1404, Cidade Monções – São Paulo, tem por objetivo apoiar o esforço de modernização e inovação tecnológica, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável, no mundo, na América Latina, e em especial no Brasil, nos âmbitos público e privado, por meio de: estudo, ensino, pesquisa, consultoria, difusão do conhecimento, missões, intercâmbio técnico – científico, promoção do desenvolvimento de inovações tecnológicas e excelência em qualidade, com vistas a melhorar o nível dos produtos, serviços e processos.

Tendo como prioridade, elevar a produtividade e atribuir maior respeito à dignidade humana, tendo ainda as finalidades específicas:

- I - Incentivar medidas, planos, programas de desenvolvimento industrial, e projetos para uma indústria avançada, bem como projetos na área de pesquisa, através de incorporação de inovações tecnológicas criadas, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável, desenvolvidas ou adaptadas no País;
- II - Apoiar, fomentar e desenvolver organizações voltadas para a pesquisa básica e aplicada e mobilizar apoio técnico e material a pesquisadores e Instituições Científicas e Ambientais;
- III - Estimular a implantação de Centros de Referências e Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, com o escopo de participar na formação, coordenação, execução de diretrizes e de normas programáticas através de atividades de assessoramento e acompanhamento;
- IV - Subsidiar com informações as entidades privadas e órgãos governamentais no que tange à divulgação e elaboração de planos e programas de fomento, estímulo, divulgação e educação para a pesquisa e desenvolvimento para inovações tecnológicas e ambientais no País;

- V - Promover a conscientização e a motivação da sociedade em geral, para a Excelência e Qualidade, principalmente respeito ao Meio Ambiente, nos produtos e serviços;
- VI - Promover a realização de cursos, treinamento e serviços técnicos especializados, em órgãos públicos e instituições privadas, buscando o desenvolvimento institucional, estrutural, técnico e de gestão dessas entidades;
- VII - Estimular o desenvolvimento e difusão de métodos modernos de gestão da administração pública e das empresas privadas;
- VIII - Promover a formação e a capacitação de pessoas;
- IX - Apoiar programas de Ensino e Educação continuados de profissionais de todos os níveis, aptos a executar as metodologias implantadas, visando estimular a implementação de laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas em empresas no território nacional;
- X - Articular e promover a transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como o intercâmbio técnico-científico entre países, visando estimular a implementação de institutos e sociedades civis sem fins lucrativos, para programas de pesquisa, desenvolvimento e inovações tecnológicas (inclusive captação e gestão de fomentos, financiamentos e incentivos fiscais para inovação) e proteção ao meio ambiente, realizadas no País;
- XI - Atuar junto às empresas fabricantes nacionais, no sentido de incentivá-las a formular e implementar, planos e programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação de seus produtos e processos;
- XII - Orientar as empresas fabricantes, na elaboração e implementação de seus projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
- XIII - Captar e administrar recursos financeiros destinados à pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
- XIV - Gerir e supervisionar a implementação de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica das empresas, incluindo a requisição e gestão de recursos oficiais destinados para essa finalidade;
- XV - Promover a interação das empresas fabricantes e montadoras com centros de excelência, nacionais e internacionais, nas diversas áreas do conhecimento, buscando sempre a inovação tecnológica e desenvolvimento de novos processos e produtos;
- XVI - Celebrar convênios, contratos, consórcios e outros ajustes equivalentes, com entidades públicas ou privadas, do País e do exterior, bem como, organizar, promover e receber missões para fins de difusão, troca de conhecimentos, identificação de localidades para melhor assentamento de empresas e laboratórios;

- XVII - Compartilhar laboratórios, equipamentos, instrumentos e demais instalações com microempresas e empresas de pequeno porte para atividades de incubação sem prejuízo das demais atividades, e permitir que seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas dependências possam ser utilizados por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos, voltadas para atividades de pesquisa, desde que tais atividades não prejudiquem as demais atividades do Centro;
- XVIII - Apoiar programas de fomento a start-ups e pequenas empresas empreendedoras de foco tecnológico, através de programas próprios ou em parcerias com institutos ou núcleos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, instituições de ensino, incubadoras, aceleradoras, ou qualquer entidade privada ou pública com esta natureza;
- XIX - Desenvolver, gerir, articular, divulgar, coordenar, supervisionar e acompanhar programas de empresas privadas, de estímulo a start-ups e pequenas empresas empreendedoras de foco tecnológico, bem como, estimular estas empresas, por meio de projetos liderados por consórcios criados para este fim (podendo incluir pessoas físicas, empresas privadas ou entidades públicas), a se internacionalizar, por exemplo, em clusters ou parques tecnológicos no exterior, visando ampliar o conhecimento e a experiência com retorno para o tecido industrial brasileiro;
- XX - Celebrar contratos de transferência de tecnológica e de licenciamento para outorga e direito de uso ou exploração de criação desenvolvido no seu âmbito, desde que: a) contratação precedida por respectivo edital, b) na forma do regulamento da Lei 10.973, não havendo exclusividade do receptor (ou licenciado) da tecnologia, contratos firmados diretamente com os mesmos, para fins da exploração dessa criação, estabelecendo um prazo para tal uso e c) seja definido o tratamento para criações de interesse público;
- XXI - Ceder seus direitos sobre a criação, mediante manifestação expressa e motivada, a título não oneroso, para o criador da mesma que deverá exercer tais direitos em seu próprio nome e sob sua inteira responsabilidade;
- XXII - Gerir seu próprio NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica, ou associar-se a outra(s) ICT para tanto, contanto que este NIT faça sua gestão da política de inovação e outras formas de transferência de tecnologias, para tanto: a) zelar pela manutenção da política à proteção das criações, licenciamentos, inovação e outras formas de transferência tecnológica, b) avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para atendimento das disposições da Lei n°. 10.793/04, c) avaliar as solicitações de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22 da supramencionada Lei, d) opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na Entidade e; e) acompanhar os processamentos dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição;

- XXIII - Prestar informações de forma consolidada e com periodicidade anual (ressalvadas as sigilosas) ao MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) e/ou ao MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio), informando sobre: a) sua política de propriedade intelectual sobre suas criações, b) as criações desenvolvidas sob seu âmbito, c) a relação de proteções (a exemplo: INPI) requeridas e concedidas para a Entidade e d) a relação de contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia firmados;
- XXIV - Pleitear, junto às agências de fomento, a contratação de empréstimos quando da existência de programas específicos ou ações de estímulo à inovação nas micro e pequenas empresas;
- XXV - Estimular e proteger o inventor independente que possua depósito de pedido de patente, decidindo, livremente sobre a oportunidade e conveniência desta adoção. Quando adota a invenção, o inventor independente deverá se comprometer – mediante contrato – a compartilhar os ganhos econômicos com a exploração da invenção protegida;
- XXVI - Captação de recursos para implementação de projetos, visando a instituição de fundos mútuos de investimento, conjuntamente a empresas, cuja atividade principal esteja ligada à inovação;
- XXVII - promover a articulação entre os vários segmentos da sociedade em geral, tendo em vista a dignidade da pessoa humana e o desenvolvimento da Excelência e Qualidade em produtos, processos e serviços, bem assim ao meio ambiente, com especial atenção aos serviços públicos *pró comunidade*;
- XXVIII - Promover e estimular as atividades de estudo, pesquisa e serviços, nas áreas do meio ambiente, das ciências econômicas, administrativas, jurídicas, contábeis (inclusive recuperação de tributos e incentivos fiscais) e de informática, visando o desenvolvimento institucional de entes públicos e privados, com a solução de problemas concretos;
- XXIX - Promover e estimular as atividades de estudo, pesquisa e serviços para a melhoria do meio ambiente e na elaboração de futuros produtos, serviços e técnicas que visem reduzir ou eliminar a poluição, bem assim administrar e promover todos os atos necessários para a remediação e recuperação de locais degradados ambientalmente, para entidades públicas ou privadas;
- XXX - Promover a harmonização de normas técnicas de produtos latino-americanos e de outros países, junto aos órgãos competentes;
- XXXI - Promover a cooperação e o intercâmbio entre os Países da América Latina e demais no campo da tecnologia industrial básica e da modernização das administrações públicas e do meio ambiente;
- XXXII - Incrementar o intercâmbio de especialistas e de material didático e científico, entre instituições da América Latina e demais países;

XXXIII –Difundir os conhecimentos obtidos com o estudo e a pesquisa, nos meios acadêmicos, empresariais e da administração pública, através dos diversos meio de comunicação, com especial atenção aos países da América Latina e demais;

XXXIV - Avaliação técnica de engenharia de projetos voltados para inovação tecnológica e científica.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade, findas em 31 de dezembro de 2018, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidade sem finalidade de lucros, as quais estão descritas nos pronunciamentos NBC TG 1000 (R1) e ITG 2002 (R1), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada por não haver resultados respectivos.

A autorização, pela Diretoria, para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu em 18 de março de 2019.

Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Entidade, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma.

2.2. Ajustes Retrospectivos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão sendo reapresentados, pois a administração decidiu efetuar a baixa de ativos de difícil realização relativos a exercícios anteriores a 2017, no montante de R\$ 448.181 e outros de menor monta de 2017, no valor líquido de R\$ 5.981, além da divulgação de trabalhos voluntários de 2017.

Os efeitos desses ajustes impactaram o patrimônio líquido (superávit acumulado) de 31/12/2016, no montante de R\$ 448.181 e o déficit do exercício de 31/12/2017 em R\$ 5.981. Em 2017 as contas patrimoniais impactadas pelo ajuste retrospectivo foram Adiantamentos (ativo) e fornecedores (passivo).

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

As receitas e as despesas são reconhecidas quando incorridas, pelo regime de competência do exercício.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

c) Contas a Receber

As contas a receber de clientes são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

d) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 7. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefício econômico-futuro resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

e) Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de Impairment)

A Administração revisa anualmente o valor recuperável contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) Demais Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Isenção Tributária

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, o Claeq está isento do pagamento de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, conforme estabelece a alínea "c", do inciso VI, do § 150 da Constituição Federal.

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/1997.

h) Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

• Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

- **Estimativas e Premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

- **Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas**

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade.

- i) **Patrimônio Social**

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/ déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

- j) **Receitas e Despesas Financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2018	2017
Caixa	350	364
Bancos e Aplicações Financeiras	605.710	419.333
Total	606.060	419.697

As aplicações financeiras estão substancialmente compostas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB e Fundos DI mantidos em instituições financeiras de primeira linha, remunerados a taxa que variam entre 51,40% a 84,11% em 31 de dezembro de 2018 (84,50% a 100,27% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a Receber

Descrição	2018	2017
Oi Móvel S.A.	170.700	697.487
Companhia Hidroelétrica do São Francisco	-	104.652
Caoa Montadora de Veículos Ltda.	224.000	212.211
PPL Serviços Temporários e Projetos Ltda.	306.594	306.594
Outros	7.600	18.938
(-) Perdas estimadas	(156.644)	-
Total	552.250	1.339.882
Circulante	538.194	1.339.882
Não circulante	14.056	-

Referem-se aos valores a receber decorrentes da prestação de serviços de consultoria tecnológica. Com base na opinião do assessor jurídico da Entidade, não houve a necessidade de constituição de perdas estimadas sobre os créditos de liquidação duvidosa que estão em processo de cobrança judicial.

6. Outros Valores a Receber

Referem-se a valores a receber por serviços prestados de consultoria, que foram recebidos durante o exercício de 2018

7. Imobilizado

	%	Custo	Depreciação Acumulada	2018	2017
				Valor Residual	Valor Residual
Instalações	10%	6.101	(6.101)	-	-
Máquinas e equipamentos	10%	17.415	(17.415)	-	-
Equipamento de Informática	20%	27.484	(16.063)	11.421	16.917
Móveis e Utensílios	10%	890	(890)	-	-
Total		51.890	(40.469)	11.421	16.917

Movimentação do imobilizado

Descrição	2017	Adições	Baixas	2018
Custo	51.890	-	-	51.890
Instalações	6.101	-	-	6.101
Máquinas e Equipamentos	17.415	-	-	17.415
Equipamentos de Informática	27.484	-	-	27.484
Móveis e Utensílios	890	-	-	890
Depreciação	(34.973)	(5.496)	-	(40.469)
Deprec. Acum. Instalações	(6.101)	-	-	(6.101)
Deprec. Acum. Máquinas e Equipamentos	(17.415)	-	-	(17.415)
Deprec. Acum. Equipamentos de Informática	(10.567)	(5.496)	-	(16.063)
Deprec. Acum. Móveis e Utensílios	(890)	-	-	(890)
Total	16.917	(5.496)	-	11.421

8. Fornecedores

Referem-se aos valores a pagar por serviços contratados e inerentes a atividade desenvolvida na Entidade.

9. Obrigações Trabalhistas

Descrição	2018	2017
Salários a Pagar	14.187	14.773
Provisão de Férias e Encargos	20.772	24.935
Contribuição Sindical a Recolher	547	547
FGTS a recolher	1.178	1.140
INSS a recolher	5.439	5.205
Total	42.123	46.600

10. Obrigações Tributárias

Descrição	2018	2017
IRRF a Recolher	751	275
ISS Retido a Recolher	510	649
PIS/COFINS/CSLL Retido a Recolher	1.935	407
IRRF Sobre Salários	604	685
COFINS a Recolher	30.613	41.546
ISS a Recolher	11.587	15.161
PIS a Recolher	148	155
Parcelamento ISS	23.778	-
Outros Impostos e Taxas a Recolher	1.314	1.314
Total	71.240	60.192

11. Patrimônio Líquido

Conforme artigo 42º do Estatuto Social, o patrimônio líquido da Entidade, é constituído pelos bens, doações, legados e direitos a ele transferidos e pelos adquiridos no exercício de suas atividades. A utilização do patrimônio terá sempre em conta os superiores interesses da Entidade e os seus objetivos sociais. O patrimônio será administrado pela Diretoria Executiva dependendo de prévia autorização da Assembleia Geral, a alienação ou oneração dos bens imóveis a ele pertencentes.

12. Provisão para Demandas Judiciais

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Entidade não possuía processos passivos de natureza tributária, trabalhista e cível cuja probabilidade de êxito de perda era provável ou possível.

13. Prestação de Serviços

As receitas estão representadas por prestação de serviços de consultoria para capacitação tecnológica e novas especificações em engenharia industrial.

14. Despesas Administrativas

Descrição	2018	2017
Pessoal	(667.051)	(557.888)
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	(1.723.697)	(2.809.976)
Viagens e Estadias	(11.191)	(23.059)
Perdas Estimadas	(158.594)	-
Outras	(348.458)	(298.514)
Total	(2.908.991)	(3.689.437)

15. Despesas Tributárias

Descrição	2018	2017
Impostos e Taxas	(16.593)	(56.979)
ISS	(105.739)	(94.764)
COFINS	(68.062)	(84.715)
IOF	(144)	(43)
IPTU	(2.335)	(2.030)
Multas	(10.307)	(73)
Total	203.180	(238.604)

16. Resultado Financeiro Líquido

	2018	2017
Rendimento de Aplicação Financeira	39.095	98.128
Juros e Descontos obtidos	-	740
Total de Receitas Financeiras	39.095	98.868
Despesas Bancárias	(5.655)	(6.100)
Juros e Descontos concedidos	(16.290)	(3.510)
Total de Despesas Financeiras	(21.945)	(9.610)
Resultado Financeiro	17.150	89.258

17. Trabalhos Voluntários

Como boa prática de governança adotada, os membros da Diretora e dos Conselhos Fiscal e Consultivo, não recebem quaisquer remunerações por sua atuação na Entidade.

Desta forma, visando ao atendimento das práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, especificamente a Resolução do CFC nº 1409/2012, norma ITG 2002 (R1), na tabela a seguir demonstramos os valores justos estimados dos trabalhos voluntários recebidos pela Entidade, como se houvesse ocorrido o desembolso financeiro com estes eventos e/ou profissionais:

Descrição	Qtde. em horas	Taxa Média Hora	Total em 2018	Total em 2017
Total	650		203.500	195.400

18. Isenções Tributárias

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);

19. Órgãos e Membros da Associação

Conforme Ata da Assembleia Geral de 22 de janeiro de 2018 aprovando a alteração e consolidação do Estatuto Social, a Entidade conta com os seguintes membros em seus órgãos de administração:

Diretoria	
Presidente	Nelson Carneiro
Tesoureiro	Manoel Dimas Salese
Secretária	Frederico Ramazzini Braga
Diretor Executivo	José Hernani Arrym Filho
Conselho Consultivo	
Conselheiro/Presidente	Ronald Martin Dauscha
Conselheiro	Miguel Alberto Ignatios
Conselheiro	Eduardo Nasser Bussab
Conselho Fiscal	
Conselheiro	Sérgio Augusto Fagundes Ficarelli
Conselheiro	José Carlos Vaz
Conselheiro	Edilson Martins Ramos

As eleições para Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo são realizadas a cada 2 anos, sendo vedado eleger, para o mesmo mandato, Diretores e Conselheiros que sejam parentes entre si, até o segundo grau. Em Assembleia Geral realizada em 22 de janeiro de 2018, foram reeleitos os membros da Diretoria, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal acima apresentados.

20. Cobertura de Seguros (Não Auditado)

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

21. Compromissos

No encerramento do exercício de 2018, a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.